



Número: **0800693-42.2019.8.15.0211**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Itaporanga**

Última distribuição : **09/05/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
EVERTON SOARES RIBEIRO (AUTOR)		HAROLDO MAGALHAES DE CARVALHO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21045340	09/05/2019 09:49	Petição Inicial	Petição Inicial
21045345	09/05/2019 09:49	Petição Inicial	Outros Documentos
21045346	09/05/2019 09:49	Quesitos - Perícia	Outros Documentos
21045348	09/05/2019 09:49	Procuração	Procuração
21045649	09/05/2019 09:49	Declaração de Hipossuficiência	Outros Documentos
21045650	09/05/2019 09:49	RG - CPF	Documento de Identificação
21045651	09/05/2019 09:49	Comprovante de Residência	Outros Documentos
21045652	09/05/2019 09:49	Boletim de Ocorrência	Documento de Comprovação
21045654	09/05/2019 09:49	Pagamento de Indenização	Documento de Comprovação
21045656	09/05/2019 09:49	Boletim de Atendimento Médico - Parte 1	Documento de Comprovação
21045658	09/05/2019 09:49	Boletim de Atendimento Médico -Parte 2	Documento de Comprovação
21191139	15/05/2019 13:25	Despacho	Despacho
22383632	02/07/2019 12:59	Despacho	Despacho
22413990	03/07/2019 10:40	Petição	Petição
22413991	03/07/2019 10:40	Petição	Outros Documentos
22413994	03/07/2019 10:40	GuiaCustas - Everton Soares Ribeiro	Documento de Comprovação
26484558	25/11/2019 15:50	Despacho	Despacho
29509007	30/03/2020 12:30	Despacho	Despacho

Petição e Documentos em anexo.





AO JUÍZO DE DIREITO DA ____ VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA/PB.

EVERTON SOARES RIBEIRO, brasileiro, solteiro, estudante, portador da cédula de identidade nº 3605922, SSDS/PB, inscrito no CPF/MF sob o nº 094.893.614-29, residente e domiciliado na Rua Presidente Getúlio Vargas, nº528, Centro Itaporanga/PB, CEP: 58.780-000, por seu procurador *infra-assinado*, conforme Instrumento de Mandato anexo, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, **com base na Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores, nos termos dos artigos 319 e 320 do Código de Processo Civil**, propor a presente

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, sediada à Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro – RJ, CEP: 20.031-205, pelos motivos de fato e direito a seguir aduzidos:

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





I – DA CONCESSÃO DOS BENEFÍCIOS DA JUSTIÇA GRATUITA

Inicialmente, ressalta-se que a parte Autora, temporariamente, não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, nos termos do artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil, por ser pobre da forma da Lei, conforme Declaração e CTPS em anexo.

Assim, desde já REQUER a Vossa Excelência, a compreensão da situação, para que conceda os benefícios da Justiça Gratuita à parte Autora, uma vez que, neste momento, não dispõe de recursos financeiros suficientes para o pagamento de custas e despesas com o processo, além de honorários advocatícios, nos termos do artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil.

II – DOS FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS DO PEDIDO

A parte Autora fora vítima em **acidente de trânsito** causado por veículo automotor em **04/05/2018**, consoante **Boletim de Ocorrência** em anexo, estando o automóvel garantido pelo Seguro Obrigatório DPVAT.

Em consequência do citado evento danoso, a parte Autora sofreu diversas lesões e traumas, conforme demonstrado no **Boletim de Atendimento Hospitalar**, a ensejar o pagamento da indenização instituído pela Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores, que trata do Seguro Obrigatório DPVAT.

Desta forma, a parte Autora formulou perante a Seguradora Ré, pedido de indenização por invalidez permanente, a qual se refere o Seguro Obrigatório DPVAT, quando então recebeu a importância de **R\$ 3.375,00** (três mil, trezentos setenta e cinco reais), conforme anexo, **em desconformidade com a citada Lei, como restará comprovado durante a instrução processual através da Prova Pericial**, desde já requerida.

Como é sabido, o DPVAT é o seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de vias terrestres criado pela Lei nº 6.194/74, com o fim de amparar as vítimas de acidente de trânsito em todo território nacional, e prevê indenizações em caso de morte, invalidez permanente, total ou parcial, além de despesas de assistência médica e suplementares, cujo valor máximo da indenização prevista no art. 3, inciso II, da Lei nº 6.194/74, está fixado em **até R\$ 13.500,00** (treze mil e quinhentos reais).

No caso, a parte Autora visa obter do Poder Judiciário a condenação do Réu ao pagamento de indenização correspondente a diferença do Seguro Obrigatório DPVAT que lhe foi pago administrativamente, fora dos parâmetros consignados na Lei nº 6.194/74.

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





Sendo certo, que a indenização ora pleiteada deverá ser paga com base no valor vigente a época da ocorrência, **bastando para tanto à simples demonstração do acidente (Boletim de Ocorrência expedido pela Autoridade Policial) e do respectivo dano (Lesões/Traumas – Boletim de Atendimento Hospitalar e Pagamento PARCIAL de Indenização pelo Réu)**, como preceitua o art. 5º, parágrafo 1º da Lei 6.194/74.

Noutro giro, quanto à **correção monetária é devida desde a data do evento danoso**, como já assentou o Superior Tribunal de Justiça, enquanto que os **juros moratórios** são devidos desde a data da CITAÇÃO do Réu, nos termos da **Súmula nº 426, do Superior Tribunal de Justiça**.

III – DA IMPOSSIBILIDADE DE AUTOCOMPOSIÇÃO – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL

No caso, está previsto na Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores diferentes lesões e graus de invalidez permanente, classifica em total ou parcial, esta última subdividida em completa e incompleta, assim como inseriu tabela para disciplinar os percentuais das perdas à cobertura securitária, de acordo com a respectiva repercussão da lesão.

Deste modo, faz-se necessária a produção de prova pericial para aferição da **LESÃO** sofrida pela parte Autora e da respectiva **REPERCUSSÃO (GRAU)**, de acordo com a Tabela anexa a Lei nº 6.194/74, introduzida pela Lei 11.945/2009.

Diante disso, nas ações dessa natureza a prática tem demonstrado que a designação de audiência preliminar de conciliação objetivando a realização de composição entre as partes tem sido infrutíferas devido à necessidade de produção de prova pericial. E, por essa razão a Seguradora Ré tem se limitado a conciliações em MUTIRÕES realizados em parcerias com os Tribunais de Justiça em todo País, inclusive por esse Egrégio Tribunal, **motivo pelo qual a designação de audiência com essa finalidade restará sem êxito**.

Assim sendo, a parte Autora informa a Vossa Excelência o seu **desinteresse na autocomposição, nos termos do art. 334, § 4º, I e § 5º do CPC**.

IV – DOS PEDIDOS

Diante do exposto, REQUER a Vossa Excelência:

a) Sejam concedidos os benefícios da Justiça Gratuita a parte Autora, nos termos do art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal c/c o artigo 98 e seguintes do Código de Processo Civil;

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





b) Seja determinada a citação do Réu, pelo Correio, nos termos do art. 247 do CPC, para, querendo, conteste a presente ação, sob pena de confissão e revelia, a teor do art. 344 do Código de Processo Civil;

c) Ao final, seja julgada **PROCEDENTE** a ação, para condenar o Réu ao pagamento complementar da indenização devida pelo Seguro Obrigatório DPVAT, apurado através da Perícia Judicial (art. 324, § 1º, II, CPC), acrescido de correção monetária desde a ocorrência do evento danoso e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação, tudo com arrimo na Lei nº 6.194/74 e suas alterações posteriores e súmula 426 STJ;

d) Requer, ainda, seja o Réu condenado ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios, de modo a assegurar a dignidade do profissional, na forma do art. 85 do Código de Processo Civil.

V – DAS PROVAS (PROVA PERICIAL)

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, a documental, testemunhal e, especialmente **realização de perícia médica para verificação das lesões/traumas sofridos pela parte Autoria e a respectiva repercussão (grau), em decorrência do referido acidente de trânsito, na forma do art. 3º, II, § 1º, I, da Lei nº 6.194/74**, o que desde já fica requerido, devendo os **QUESITOS** em anexo serem respondidos pelo perito nomeado por esse Juízo, sob pena de nulidade, **nos termos do artigo 369 do Código de Processo Civil.**

VI – DO VALOR DA CAUSA

Atribui-se a causa, o valor de R\$13.500,00(treze mil, e quinhentos reais).

**NESTES TERMOS,
PEDE E ESPERA DEFERIMENTO.**

Itaporanga/PB, 21 de Março de 2019.

HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO
OAB/PE 25.252

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





QUESITOS – PERÍCIA

PARTE AUTORA: EVERTON SOARES RIBEIRO

Queira o Sr. Perito esclarecer, de acordo com a Tabela anexa a Lei nº 6.194/74, introduzida pela Lei 11.945/2009, os seguintes QUESITOS:

- 1 – Em decorrência do acidente mencionado na petição inicial, houve Traumatismo Crânio-Encefálico – TCE com Lesões Neurológicas** que cursem como: **(a)** dano cognitivo-comportamental alienante; **(b)** impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; **(c)** perda completa do controle esfinteriano; **(d)** comprometimento de função vital ou autônoma?
- 2 – Em caso positivo, a Lesão ou as Lesões são Temporárias ou Permanentes?**
- 3 – No caso de ser permanente, a Lesão é Total ou Parcial?**
- 4 – E, no caso da Lesão ser parcial, ela é Completa ou Incompleta?**
- 5 – Caso a Lesão seja incompleta, a sua repercussão é Intensa, Média, Leve ou Residual?**
- 6 – Independente do quesito exposto no item “1”, em decorrência do acidente mencionado na petição inicial, houve algum outro tipo Lesão?**
- 7 – Em caso positivo, qual tipo de Lesão ocorreu?**
- 8 – Em caso de ter havido Lesão, ela é temporária ou permanente?**
- 9 – No caso de ser permanente, a Lesão é Total ou Parcial?**
- 10 – E, no caso da Lesão ser parcial, ela é Completa ou Incompleta?**
- 11 – Caso a Lesão seja incompleta, a sua repercussão é Intensa, Média, Leve ou Residual?**

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: **EVERTON SOARES RIBEIRO**, brasileiro, solteiro, estudante, portador da Cédula de Identidade nº 3.605.922, SSDS/PB, inscrito no CPF/MF sob o nº 094.893.614-29, residente e domiciliado na Rua Pres. Getúlio Vargas, nº 528, Centro, Itaporanga/PB, CEP: 58.780-000, através do presente instrumento particular de mandato, nomeia e constitui como seu procurador o advogado.

OUTORGADO: **HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na OAB/PE sob o nº 25.252, inscrito no CPF/MF sob o nº 041.542.024-56 com endereço profissional à Praça 15 de Novembro, nº 124, Centro, Triunfo – PE, CEP: 56.870-000 - PABX: (87) 3846.1036.

PODERES: a quem confere amplos poderes para atuação no foro em geral, com a cláusula “ad judicium et extra”, em qualquer juízo, instância ou tribunal, estando o mandatário autorizado a propor contra quem de direito as competentes ações ou a defendê-las nas adversas, seguindo umas e outras até final decisão, usando dos recursos legais e acompanhando-os, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes conferidos pelo presente mandato, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato, nos termos do art. 105 do CPC.

PODERES ESPECÍFICOS: A presente procuração outorga ao Advogado acima qualificado, os poderes para confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromissos, receber, dar quitações, levantar e receber alvará, pedir a justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, agindo separada ou conjuntamente, podendo substabelecer com ou sem reserva de poderes conferidos pelo presente mandato, nos termos do art. 105 do CPC.

Itaporanga/PB, 22 / Fevereiro / 2019.

x Everton Soares Ribeiro

OUTORGANTE

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com



DECLARAÇÃO

Eu, **EVERTON SOARES RIBEIRO**, brasileiro, solteiro, estudante, portador da Cédula de Identidade nº 3.605.922, SSDS/PB, inscrito no CPF/MF sob o nº 094.893.614-29, residente e domiciliado na Rua Pres. Getúlio Vargas, nº 528, Centro, Itaporanga/PB, CEP: 58.780-000, **DECLARO** que nesse momento não posso arcar com as custas e despesas desse processo, bem como honorários advocatícios sem sacrifício próprio e de minha família, responsabilizando-me integralmente pelo conteúdo da presente declaração, para finalidade do disposto no Art. 98 e seguintes do Código de Processo Civil e do Art. 5º, inciso LXXIV, da Constituição Federal.

Itaporanga/PB, 22 / Fevereiro / 2019.

x Everton Soares Ribeiro
Declarante



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

3.605.922 DATA DE EXPEDIÇÃO 23/11/2007

NOME EVERTON SOARES RIBEIRO

FILIAÇÃO ANTONIO FERREIRA RIBEIRO
MARIA AUXILIADORA SOARES FERREIRA

NATURALIDADE SÃO PAULO-SP DATA DE NASCIMENTO 23/10/1990

NASC.N.126191 FLS.A 212 LIV.12
CARTORIO SÃO PAULO-SP

ASSINATURA DO DIRETOR

16/11/2007

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DA PARAIBA
SECRETARIA DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE POLÍCIA CIENTÍFICA
DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

2922

Everson Soares Ribeiro

ASSINATURA DO FILIAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Ministério da Fazenda
Receita Federal
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número
094.893.614-29

Nome
EVERTON SOARES RIBEIRO

Nascimento
23/10/1990



JOSE SOARES PONTES
 RUA PRES GETULIO VARGAS, 528 - CENTRO
 ITAPORANGA / PB CEP: 58700000 (AG: 154)
 Emissao: 25/08/2018 Referência: Jun / 2018
 Classe/Subcl: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFASICA
 Roteiro: 14 - 154 - 70 - 340 NP medidor: 00008207094

JOSE SOARES PONTES
 RUA PRES GETULIO VARGAS, 528 - CENTRO
 ITAPORANGA / PB CEP: 58700000 (AG: 154)
 ENERGISA PARAIBA: DISTRIBUIDORA DE ENERGIA
 CNPJ: 08.055.193/0001-40, Ins. Est. 504.953
 Nota Fiscal: Conta de Energia Elétrica Nº 008 504 953
 Cód. para Dib. Automático: 00002637163

Atendimento ao Cliente **ENERGISA 0800 083 0196** Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a	Apresentação	Data prevista da próxima leitura	CPF/ CNPJ/ RANI
Jun / 2018	25/06/2018	25/07/2018	27899063434 Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora): 5/263716-3

Canal de contato

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
24/05/18	23834	25/08/18	24053	1	219	92

		Demonstrativo		Valor Base Calc. Atual (R\$)		Base Calc. Pré (R\$)	Definição (R\$)
Qtd	Descrição	Quantidade	Tarifa	Valor Base Calc. Atual (R\$)	ICMS (R\$)	Parâmetro (R\$)	Definição (R\$)
		Tributos Total (R\$)		ICMS (R\$)	ICMS (R\$)	Parâmetro (R\$)	Definição (R\$)
0801	Consumo em kWh	219,000	0,727860	159,40	159,40	27	43,03
0801	Adic. B. Amarela			0,89	0,89	27	0,19
0801	Adic. B. Vermelha			12,85	12,85	27	3,41
LANÇAMENTOS E SERVIÇOS							
0807	CONTRIBUIÇÃO ILLUM PUBLICA			18,32	0,00	0	0,00





BOLETIM DE Ocorrência POLICIAL

Nº. 322 / 2018.

NATUREZA DA Ocorrência: Acidente de Trânsito

DATA DO FATO: 04 / Maio / 2018 HORAS: 22h30min.

SOB A RESPONSABILIDADE DO DEL.POL. Gleberson Fernandes da Silva

Notificante/Vítima:

EVERTON SOARES RIBEIRO, brasileiro, natural de São Paulo-SP, solteiro, Estudante, nascido no dia 23.10.90, filho de Antonio Ferreira Ribeiro e Maria Auxiliadora Soares Ferreira RG Nº. 3.605.922/SSP/PB e CPF 094.893.614-29, residente na R. Presidente Getulio Vargas nº.526 centro Itaporanga/PB.

HISTÓRICO DO FATO:
O (a) notificante, após identificado (a) das penalidades coninadas ao Art. 299 do CPB, declarou o Seguinte:

Que no dia e horas acima citadas, estava vindo do Sítio Cachoeira para Itaporanga/PB, pela Rod. PB 272, pilotando a motocicleta HONDA/NXR 160 BROS, cor preta, ano 2016, placa QFU3036/PB e chassi nº 9C2KD1000GR035291, em nome de JOSEFA LUCIA P. FERREIRA e nas proximidades do Sítio Paraná, área rural de Itaporanga-PB, colidiu com dois animais 'uma vaca e um garrote', que atravessava a pista perdendo o controle da moto, e caindo no acostamento, sendo então socorrido para o Hospital Distrital de Itaporanga e de lá removido para o Hospital de Trauma em Campina Grande/PB.

ITAPORANGA/PB, 18 DE Maio DE 2018.

Everton Soares Ribeiro
NOTIFICANTE/VÍTIMA

ESCRIVÃO PLANTONISTA:

Co. Silva Rodrigues
EST. POLÍCIA / NEX: 60265-5
CHEFE DE PLANTÃO



SINISTRO 3180516204 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA** EVERTON SOARES RIBEIRO**COBERTURA** Invalidez**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** Comprev

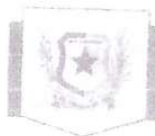
Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO EVERTON SOARES RIBEIRO**CPF/CNPJ:** 09489361429**Posição em 22-02-2019 10:23:13**

Seu pedido de indenização foi concluído com a liberação do pagamento. O valor abaixo será creditado na conta que você indicou no formulário de autorização de pagamento. O prazo para o banco confirmar o pagamento é de até 5 dias úteis. Caso não identifique o valor em sua conta após esse período, volte a consultar o processo aqui no site.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
29/11/2018	R\$ 3.375,00	R\$ 0,00	R\$ 3.375,00





PREFEITURA DE
ITAPORANGA

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



SAMU
192

SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU 192
FICHA DE REGULAÇÃO MÉDICA/ATENDIMENTO VTR

IDENTIFICAÇÃO/OCORRÊNCIA

Data: 04.05.2018 ID: 96 Paciente: Guilherme O. Ribeiro Idade: 27 Sexo: ☐ FEM ☒ MASC
Local da Ocorrência: HDE Bairro: Centro Médico Regulador: Juarez
Apelo no Local: ☐ PM Resgate/Bombeiro ☐ Resgate PRF ☐ CPTRAN ☐ STRANS ☐ Transporte ☐ Nenhum ☐ Outro
QTA: ☐ Socorrido por terceiros ☐ Recusa Atendimento ☐ Socorro pelo Bombeiros ☐ Local não encontrado ☐ Outro

TIPO DE AGRAVO/NATUREZA DA OCORRÊNCIA

<input checked="" type="checkbox"/> Acidente de Trânsito	<input type="checkbox"/> Pediátrico	Sinais e Sintomas
<input type="checkbox"/> Asfixia	<input type="checkbox"/> Psiquiátrico	Alergia
<input type="checkbox"/> Queda	<input type="checkbox"/> Quase afogamento/Afogamento	Medicação
<input type="checkbox"/> Queimaduras	<input type="checkbox"/> Queda	Passado Médico
<input type="checkbox"/> Outros: <u>transfêrencia</u>	<input type="checkbox"/> Gineco-Obstétrico	Líquidos e alimentos ingeridos
		Ambiente onde ocorreu trauma

EXAME FÍSICO

Colisão MOTO-ANIMAL (SIC)

☐ Pele: ☐ Queimada ☐ Ictério ☐ Sudoreico ☐ Pele Fria ☐ Pele Úmida ☒ Ictérico ☐ Intoxicação ☐ Miotica ☐ Dor
☐ Mialgia ☐ Dispnéia ☐ Taquipnéia ☐ Hematêmese ☐ Hemoptise ☒ TGE ☐ TRM ☐ Fratura ☐ Contusão ☐ PCR

Tipo de ferimento e local:

Queixas principais Sinais e Sintomas:

Transferência Destino:

Local: H. Travençolo - CR

Responsável:

Função: Médico

Sinais Vitais:

AVIA: ☐ Livre ☐ Obstruída ☐ Respiração: ☒ <30 irpm ☐ Retardada ☒ Normal

PA: 100/60 mmHg FC: 93 bpm FR: 19 irpm SpO₂: 99 % T: 36,5 °C Glicemia Capilar: 100 mg/dl Creat: 1,2 mg/dl

SISTEMATIZAÇÃO DA ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM

Diagnóstico de Enfermagem:

☐ Anedonia ☐ Capacidade adaptativa ☐ Intacraniana ☒ Comunicação verbal prejudicada ☒ Condição aguda ☒ Desobstrução ineficaz das VAA ☐ Desorientação ☐ Autonomia ☐ Dor aguda ☐ Hipertensão ☐ Hipotermia ☐ Integridade tissular prejudicada ☐ Medo ☐ Intolerância a atividade ☐ Mucosa oral prejudicada ☐ Padrão respiratório prejudicado ☐ Perfusão tissular cerebral ineficaz ☐ Perfusão tissular cardiopulmonar ineficaz ☐ Perfusão tissular gastrointestinal ineficaz ☐ Permeabilidade renal ineficaz ☐ Termorregulação ineficaz ☐ Troca de gases prejudicada ☐ Ventilação espontânea prejudicada ☐ Volume excessivo de líquidos ☐ Náuseas ☐ Retenção urinária ☐ Participação sensorial perturbada ☐ Incontinência intestinal ☐ Eliminação urinária prejudicada ☐ Constipação ☐ Outros

Intervenções:

OSV + Intubação, Medicação + AVP com SRH

Evolução de Enfermagem:

USAC3 Regulada para realizar transferência intra-hospitalar. Paciente vítima de colisão moto-animado (sic) apresentava-se agitado, desorientado, realizou intubação de traqueia, medicação, normotensão. A transferência ocorreu com sucesso.

Identificação da Equipe:

Médico: Romulo J.R. de Carvalho

CRM: 5413

Enfermeiro(a): Jessica Silva

COREN: 205671

Téc de Enfermagem:

COREN:

Condutor: Alexandre



Num. 21045656 - Pág. 2



FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CÓDIGO DA UNIDADE: 2341204 CGC/CNPJ: 08.778.268/0018/09
NOME: HOSPITAL DISTRITAL DE ITAPORANGA
END.: RUA OSWALDO CRUZ, 183
MUNICÍPIO: ITAPORANGA ESTADO: PARAIBA UF: 25
Tipo de Atendimento: ACIDENTE DE TRANSITO
NOME: EVERTON SOARES RIBEIRO
Raça/Cor: BRANCA
Dt. Nasc: 23/10/1990 Idade: 27 ano(s) mês(es) de idade dia(s) de idade Sexo: M
Mãe: MARIA AUXILIADORA SOARES
Profissão: ESTUDANTE
Endereço: RUA AVENIDA GETULIO VARGAS
Bairro: CENTRO Nº: 526
Município: ITAPORANGA - CEP: 50780000 - 240700
Telefone: 051 3240-1615 CNO: 70000-500211249
Data e Hora da impressão da ficha: 04/05/2018 00:11:50
CADASTRO: 325911
SSVV

PESO: PA: TEMP: ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

Paciente trazido pelo SNUV vítima de acidente motor
ocorrido há mais de nove (9) horas. Relato de familiares
constando que o mesmo chegou por conta própria
e depois, apresentou sinais de desidratação,
e agitação. Sob efeitos de álcool e sem suporte
adeguado.

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: (TIPOS)
A) Via aérea permeável, sem sinais de obstrução
de coluna cervical

B) Radiografia de tórax em ambos os lados de ombros
sem alterações, resultados a ser encaminhados

C) Hemodinâmica estável, TAC c/ra frígida
sem perfuração evidente sem sinais fúnebres.

D) ECG normal, pupila isocorínea, fontanelas

ACIONISTA: HDI

01 - ELETIVO CARÁTER DO ATENDIMENTO
02 - URGÊNCIA Hora de atendimento do paciente pelo médico:
03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA
04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO
05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS

PROCEDIMENTO - descrição:

Trazido para o Hospital de Trauma
C/ra permeável com NCE. Dano
(Região do Vago) por impenção do SNUV
DIAGNÓSTICO:
T.E. grave

CID-10:

MEDICAÇÃO:

1. PRESCRITA
2. APLICADA

ENCAMINHAMENTO:

OBSERVAÇÃO RESIDÊNCIA
OUTRO HOSPITAL ÓBITO

INTERNAÇÃO
OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO:

1. 2. 3.

ASS. DO(S) PROFISSIONAL(ES) ASSISTENTES: CARMELO(S)

Philippe W. S. de Figueiredo

MÉDICO - CRM

MÉDICO CRM PB 10513

CBO

ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

Maria Auxiliadora Soares

ASS. DO REVISOR TÉCNICO

CARMELO

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO CARMELO





FICHA DE ENCAMINHAMENTO

QUADRO CLÍNICO ATUAL:

HORA:

Philippe W. Verigueneg
MEDICO
CRM PB 10513

TABLE 2A

6 - Pág. 7



Num. 21045658 - Pág. 1



GOVERNO DA PARAIBA		SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE		HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA		DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES	
NOME: Cavalcanti Soares							
HORA: 07:00	FC: 76	SpO2: 99	PA: 120/80	PAM: 120/80	SpO2: 99	%T: 100	%T: 100
REAVIAÇÃO: Paciente chegou em ECG, sedado, mais ainda ficou agitado, com vômito, agitado, em VM TOT, em adaptado, hipersecretório, amarelo.							
AP: MV + AT SINA.							
MOD-MODAL: BCP	PC: 15	VT: 1082	PEEP: 9	PI: 24	PS: 15		
TI: 1.2	IE: 1.2	FLUXO: 65	SENS: 15	FR: 15	VM: 15		
CD: 1 THB: 1	TEP: 1	TEP: 1	TEP: 1	TEP: 1	TEP: 1		
<input checked="" type="checkbox"/> Aspiração	<input checked="" type="checkbox"/> Ajuste de Cuff	<input checked="" type="checkbox"/> Troca de Filtro	<input type="checkbox"/> Desmame	<input type="checkbox"/> Extubação	<input type="checkbox"/> RCP		
<input type="checkbox"/> TRE	<input type="checkbox"/> TMV	<input type="checkbox"/> MRA	<input type="checkbox"/> Auxílio à IOT	<input type="checkbox"/> RCP	<input type="checkbox"/> RCP		
Posicionamento: <input type="checkbox"/> Cinesioterapia: <input type="checkbox"/> Monitor Vent. Cest: <input type="checkbox"/> Cdyn: <input type="checkbox"/> RVS: <input type="checkbox"/> PaO2/FiO2: <input type="checkbox"/>							
Transporte: <input type="checkbox"/> Rotina/Intercorrências: <input type="checkbox"/>							
Dr. Morgana Oliveira FISIOTERAPISTA CREFITO-PB 228934-F							
HORA: 07:00	FC: 76	SpO2: 99	PA: 120/80	PAM: 120/80	SpO2: 99	%T: 100	%T: 100
REAVIAÇÃO: Paciente chegou em ECG, montem quadro clínico estável, s intercorrências.							
AP: MV + AT SINA.							
MOD-MODAL: BCP	PC: 15	VT: 1082	PEEP: 9	PI: 24	PS: 15		
TI: 1.2	IE: 1.2	FLUXO: 65	SENS: 15	FR: 15	VM: 15		
CD: 1 THB: 1	TEP: 1	TEP: 1	TEP: 1	TEP: 1	TEP: 1		
<input checked="" type="checkbox"/> Aspiração	<input checked="" type="checkbox"/> Ajuste de Cuff	<input checked="" type="checkbox"/> Troca de Filtro	<input type="checkbox"/> Desmame	<input type="checkbox"/> Extubação	<input type="checkbox"/> RCP		
<input type="checkbox"/> TRE	<input type="checkbox"/> TMV	<input type="checkbox"/> MRA	<input type="checkbox"/> Auxílio à IOT	<input type="checkbox"/> RCP	<input type="checkbox"/> RCP		
Posicionamento: <input type="checkbox"/> Cinesioterapia: <input type="checkbox"/> Monitor Vent. Cest: <input type="checkbox"/> Cdyn: <input type="checkbox"/> RVS: <input type="checkbox"/> PaO2/FiO2: <input type="checkbox"/>							
Transporte: <input type="checkbox"/> Rotina/Intercorrências: <input type="checkbox"/>							
Dr. Morgana Oliveira FISIOTERAPISTA CREFITO-PB 228934-F							

GOVERNO DA PARAIBA		SECRETARIA DO ESTADO DE SAÚDE		HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA		DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES	
NOME: Cavalcanti Soares							
HORA: 07:00	FC: 76	SpO2: 99	PA: 120/80	PAM: 120/80	SpO2: 99	%T: 100	%T: 100
REAVIAÇÃO: Paciente chegou em ECG, montem quadro clínico estável, s intercorrências.							
AP: MV + AT SINA.							
MOD-MODAL: BCP	PC: 15	VT: 1082	PEEP: 9	PI: 24	PS: 15		
TI: 1.2	IE: 1.2	FLUXO: 65	SENS: 15	FR: 15	VM: 15		
CD: 1 THB: 1	TEP: 1	TEP: 1	TEP: 1	TEP: 1	TEP: 1		
<input checked="" type="checkbox"/> Aspiração	<input checked="" type="checkbox"/> Ajuste de Cuff	<input checked="" type="checkbox"/> Troca de Filtro	<input type="checkbox"/> Desmame	<input type="checkbox"/> Extubação	<input type="checkbox"/> RCP		
<input type="checkbox"/> TRE	<input type="checkbox"/> TMV	<input type="checkbox"/> MRA	<input type="checkbox"/> Auxílio à IOT	<input type="checkbox"/> RCP	<input type="checkbox"/> RCP		
Posicionamento: <input type="checkbox"/> Cinesioterapia: <input type="checkbox"/> Monitor Vent. Cest: <input type="checkbox"/> Cdyn: <input type="checkbox"/> RVS: <input type="checkbox"/> PaO2/FiO2: <input type="checkbox"/>							
Transporte: <input type="checkbox"/> Rotina/Intercorrências: <input type="checkbox"/>							
Dr. Morgana Oliveira FISIOTERAPISTA CREFITO-PB 228934-F							
HORA: 07:00	FC: 76	SpO2: 99	PA: 120/80	PAM: 120/80	SpO2: 99	%T: 100	%T: 100
REAVIAÇÃO: Paciente chegou em ECG, montem quadro clínico estável, s intercorrências.							
AP: MV + AT SINA.							
MOD-MODAL: BCP	PC: 15	VT: 1082	PEEP: 9	PI: 24	PS: 15		
TI: 1.2	IE: 1.2	FLUXO: 65	SENS: 15	FR: 15	VM: 15		
CD: 1 THB: 1	TEP: 1	TEP: 1	TEP: 1	TEP: 1	TEP: 1		
<input checked="" type="checkbox"/> Aspiração	<input checked="" type="checkbox"/> Ajuste de Cuff	<input checked="" type="checkbox"/> Troca de Filtro	<input type="checkbox"/> Desmame	<input type="checkbox"/> Extubação	<input type="checkbox"/> RCP		
<input type="checkbox"/> TRE	<input type="checkbox"/> TMV	<input type="checkbox"/> MRA	<input type="checkbox"/> Auxílio à IOT	<input type="checkbox"/> RCP	<input type="checkbox"/> RCP		
Posicionamento: <input type="checkbox"/> Cinesioterapia: <input type="checkbox"/> Monitor Vent. Cest: <input type="checkbox"/> Cdyn: <input type="checkbox"/> RVS: <input type="checkbox"/> PaO2/FiO2: <input type="checkbox"/>							
Transporte: <input type="checkbox"/> Rotina/Intercorrências: <input type="checkbox"/>							
Dr. Morgana Oliveira FISIOTERAPISTA CREFITO-PB 228934-F							



GOVERNO DO ESTADO DE SAÚDE SECRETARIA DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES									
NOME: EVERTON SOARES RIBEIRO									
HORA:	FC	FR	PA	PAM	SpO2	%T			
REVALIAÇÃO:									
<div style="text-align: center;">_____</div>									
AP:									
VM:	MOD-MODAL:		PC:	VT:	PEEP:	Pi:	PS:		
CD:	THB:	IE:	FIQ:	FLUXO:	SENS:	FR:	VM:		
<input type="checkbox"/> Aspiração <input type="checkbox"/> Ajuste de Cuff <input type="checkbox"/> Troca de Filtro <input type="checkbox"/> Desmame <input type="checkbox"/> Extubação									
<input type="checkbox"/> TRE <input type="checkbox"/> TIMV <input type="checkbox"/> MRA <input type="checkbox"/> Auxílio à IOT <input type="checkbox"/> RCP									
Posicionamento: <input type="checkbox"/>									
Cinesioterapia: <input type="checkbox"/>									
Monit. Vent. Cest: <input type="checkbox"/> Cdyn: <input type="checkbox"/> RVS: <input type="checkbox"/> IRSS: <input type="checkbox"/> PaO2/FiO2: <input type="checkbox"/>									
Transporte: <input type="checkbox"/>									
Rotina/Intercorrências: <input type="checkbox"/>									
Ficha de Evolução/CREFITO									
HORA:	FC	FR	PA	PAM	SpO2	%T			
REVALIAÇÃO:									
<div style="text-align: center;">ADMISÃO</div>									
AP:									
VM:	MOD-MODAL:		PC:	VT:	PEEP:	Pi:	PS:		
CD:	THB:	IE:	FIQ:	FLUXO:	SENS:	FR:	VM:		
<input type="checkbox"/> Aspiração <input type="checkbox"/> Ajuste de Cuff <input type="checkbox"/> Troca de Filtro <input type="checkbox"/> Desmame <input type="checkbox"/> Extubação									
<input type="checkbox"/> TRE <input type="checkbox"/> TIMV <input type="checkbox"/> MRA <input type="checkbox"/> Auxílio à IOT <input type="checkbox"/> RCP									
Posicionamento: <input type="checkbox"/>									
Cinesioterapia: <input type="checkbox"/>									
Monit. Vent. Cest: <input type="checkbox"/> Cdyn: <input type="checkbox"/> RVS: <input type="checkbox"/> IRSS: <input type="checkbox"/> PaO2/FiO2: <input type="checkbox"/>									
Transporte: <input type="checkbox"/>									
Rotina/Intercorrências: <input type="checkbox"/>									

FICHA DE EVOLUÇÃO - FISIOTERAPIA - ÁREA VERMELHA									
DATA: 04/05/18 SETOR: B. VERMELHA LEITO: 04									
H.D: POLTRONA IDADE: 27 A. ADMISSÃO: 04/05/18									
HORA:	FC	FR	PA	PAM	SpO2	%T			
REVALIAÇÃO: P.T. 66,6, ROMOTÓRIO ELIMINAR 5 P.T.S. PULSOS MÉDICOS, REM. E TÔNUO PRESSIONAL PLEOMORFISMO. HPM MANTIDA S/DVB, O2L - SOB VENTILOT, DROVER, DILE, HIPOSECRETIVO									
AP:	MV ⊕ BHT 51 DA.								
VM:	MOD-MODAL:		PC:	VT:	PEEP:	Pi:	PS:		
CD:	THB:	IE:	FIQ:	FLUXO:	SENS:	FR:	VM:		
<input checked="" type="checkbox"/> Aspiração <input type="checkbox"/> Ajuste de Cuff <input type="checkbox"/> Troca de Filtro <input type="checkbox"/> Desmame <input type="checkbox"/> Extubação									
<input type="checkbox"/> TRE <input type="checkbox"/> TIMV <input type="checkbox"/> MRA <input type="checkbox"/> Auxílio à IOT <input type="checkbox"/> RCP									
Posicionamento: <input type="checkbox"/>									
Cinesioterapia: <input type="checkbox"/>									
Monit. Vent. Cest: <input type="checkbox"/> Cdyn: <input type="checkbox"/> RVS: <input type="checkbox"/> IRSS: <input type="checkbox"/> PaO2/FiO2: <input type="checkbox"/>									
Transporte: <input type="checkbox"/>									
Rotina/Intercorrências: AJUSTE VENTILATÓRIO									
Dr. Edgardo Brasileiro Fisioterapeuta Clínico Geral CREFITO-PB 228934-F Fisioterapeuta/CREFITO									
Ficha de Evolução/CREFITO									
EXAME	DATA	HORA	RESULTADO						
GASO: 58.7	04/05	N	PH: 7.42	PaO2: 83.0	PCO2: 40.0	HCO3: 26.1	BE: 1.8		
GASO:			PH:	PaO2:	PCO2:	HCO3:	BE:		
GASO:			PH:	PaO2:	PCO2:	HCO3:	BE:		
HEMOGRAMA:									
TONOGRAFIA:									
RAIO X:									
OUTROS:									
Observações: FIO2 IDEAL 62.8% I-D 193.1									
NOTA: FIO2 66% + FR 16 (T) 1.2) + IE 1:2.3									



GOVERNO
DA PARAÍBA

HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: Glendon Soares Ribeiro Registro: Leito: 04 Setor Atual: A. Vermelha

2. AVALIAÇÃO GERAL

Sinais vitais: Tax: °C; P: bpm; FR: irpm; PA: mmHg; FC: bpm; SPO2: %
HGT: mg/dl; Peso: Kg; Altura: cm Dor: () Local: Obs.:

EXAMES LABORATORIAIS ALTERADOS:

TCE grave

3. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOBIOLOGICAS

REGULAÇÃO NEUROLÓGICA

Nível de consciência: () Consciente () Orientado () Confuso () Letárgico () Torporoso (☒) Comatoso () Outro

GLASGOW(3-15): Drogas (Sedação/Analgesia): Midazolam e Fentanyl

Pupilas: () Isocóricas (☒) Anisocóricas () D>E () E>D () Fotorreagentes () Mióticas () Midriáticas

Mobilidade Física: () Preservada () Paresia () Plegia () Parestesia Local: Sedado

Linguagem: () Qual? () Disfonia () Afasia () Disfasia () Disartria.

Obs:

OXIGENAÇÃO

Respiração: () Espontânea () Cateter Nasal () Venturi % l/min () Traqueostomia () Ayre/Tubo T

() VMNI (☒) VMI TOT nº 80 Comissura labial nº 22 FiO2 10 % PEEP 7 cmH2O

() Eupnéia; () Taquipnéia () Bradipnéia () Dispnéia () Outros:

Auscultação pulmonar: Murmúrio vesicular presente: () Diminuídos () D () E

Ruídos adventícios: () Roncos () Sibilos () Estridor () Outros:

Tosse: () Improdutiva () Produtiva Expectoração: () Quantidade e aspecto:

Aspiração: Quantidade e aspecto: Dreno de tórax: () D () E () Selo d'água:

Data da inserção do dreno / / Aspecto da drenagem torácica:

Gasometria arterial: PH PCO2 PO2 HCO3 EB SpO2 Data: / / Hora:

PERCEPÇÃO DOS ÓRGÃOS DOS SENTIDOS

Alteração: () Visão () Audição () Tato () Olfato () Paladar Observação:

SEGURANÇA FÍSICA

(☒) Tranquilo () Agitado () Agressivo. () Risco de queda. Observação: Sedado

REGULAÇÃO CARDIOVASCULAR

Pulso: (☒) Regular () Irregular () Impalpável () Filiforme () Cheio.





HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA DOM LUIZ GONZAGA FERNANDES

05/05/2018

EVOLUÇÃO DE ENFERMAGEM

1. IDENTIFICAÇÃO

Nome: Everton Soares Ribeiro Registro: Leito: 04 Setor Atual: Urgência

2. AVALIAÇÃO GERAL

Sinais vitais: Tax: °C; P: bpm; FR: lpm; PA: mmHg; FC: bpm; SPO2: %
HGT: mg/dl; Peso: Kg; Altura: cm Dor: () Local: Obs.:

EXAMES LABORATORIAIS ALTERADOS:

TCE grave

3. AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOBIOLOGICAS

REGULAÇÃO NEUROLÓGICA

Nível de consciência: () Consciente () Orientado () Confuso () Letárgico () Torporoso ☒ Comatoso () Outro

GLASGOW(3-15):

Drogas (Sedação/Analgesia): Midazolam + FENTANIL

Pupilas: () Isocóricas () Anisocóricas () D>E () E>D () Fotorreagentes () Mióticas () Midríaticas

Mobilidade Física: () Preservada () Paresia () Plegia () Parestesia Local: Acumado

Linguagem: () Qual? () Disfonia ☒ Afasia () Disfasia () Disartria.

Obs:

OXIGENAÇÃO

Respiração: () Espontânea () Cateter Nasal () Venturi % l/min () Traqueostomia () Ayre/Tubo T

() VMNI ☒ VMI TOT nº 5 Comissura labial nº FiO2 % PEEP cmH2O

() Eupnéia; () Taquipnéia () Bradipnéia () Dispnéia () Outros:

Ausulta pulmonar: Murmúrio vesicular presente: () Diminuídos () D () E

Ruídos adventícios: () Roncos () Sibilos () Estridor () Outros:

Tosse: () Improdutiva ☒ Produtiva Expectoração: () Quantidade e aspecto:

Aspiração: Quantidade e aspecto:

Dreno de tórax: () D () E () Selo d'água:

Data da inserção do dreno / / Aspecto da drenagem torácica:

Gasometria arterial: PH PCO2 PO2 HCO3 EB SpO2 Data: / / Hora:

PERCEPÇÃO DOS ÓRGÃOS DOS SENTIDOS

Alteração: () Visão () Audição () Tato () Olfato () Paladar Observação:

SEGURANÇA FÍSICA

() Tranquilo ☒ Agitado () Agressivo ☒ Risco de queda. Observação:

REGULAÇÃO CARDIOVASCULAR

Pulso: () Regular () Irregular () Impalpável () Filiforme () Cheio.



Pele: () Corada (X) Hipocorada () Cianose () Sudorese () Fria () Aquecida.	
Tempo de enchimento capilar: (X) ≤ 3 segundos; () > 3 segundos. () Turgência jugular: ()	
Drogas vasoativas: () Quais? Precordialgia ()	
Ausculta cardíaca: () Rítmica () Arritmica () Sopros () Outros. Marcapasso: () Transitório () Definitivo	
Cateter vascular: (X) Periférico () Central () Dissecção. Localização: MSD Data da punção: ___/___/___	
Edema: (X) MMSS () MMII () Face () Anasarca. Observações:	
ALIMENTAÇÃO E ELIMINAÇÕES (INTESTINAL E URINÁRIA)	
Tipo somático: (X) Nutrido () Emagrecido () Caquético () Obeso.	
Dentição: () Completa () Incompleta () Prótese.	
Alimentação: () VO () SNG () SNE () Gastronomia () Jejunostomia () NPT; Hora: ___ Data: ___/___/___	
Alterações: () Inapetência () Disfagia () Intolerância alimentar () Vômito () Pirose () Outros:	
Abdômen: (X) Normotenso () Distendido () Tenso () Ascítico () Outros:	
RHA: () Normoativos () Ausentes () Diminuídos () Aumentados	
Eliminação intestinal: (X) Normal () Líquida () Constipado há ___ dias () Outros:	
Eliminação urinária: () Espontânea () Retenção () Incontinência () Hematúria (X) SVD: Débito: 800 ml/h;	
Aspecto: () Normal () Outros: Observações:	
INTEGRIDADE FÍSICA E CUTÂNEO-MUCOSA	
Condição da pele: () Íntegra () Ressecada () Equimoses () Hematomas (X) Escoriações () Outro:	
Coloração da pele: () Normocorada (X) Hipocorada () Ictérica () Cianótica Turgor da pele: () Preservado	
Condições das mucosas: (X) Úmidas () Secas Manifestações de sede: ()	
Incisão cirúrgica: () Local/Aspecto: Curativo em: ___/___/___	
Dreno: () Tipo/Aspecto: Débito: Retirado em: ___/___/___	
Úlcera de pressão: () Estágio: Local: Descrição: Curativo: ___/___/___	
CUIDADO CORPORAL	
Cuidado corporal: () Independente (X) Dependente () Parcialmente dependente. Observações:	
Higiene corporal: (X) Satisfatória () Insatisfatória Higiene Corporal: (X) Satisfatória () Insatisfatória.	
Limitação física: (X) Acamado () Cadeira de rodas () Outro:	
SONO E REPOUSO	
() Preservado () Insônia () Dorme durante o dia () Sono Interrompido. Observações:	
4 - AVALIAÇÃO DAS NECESSIDADES PSICOSSOCIAIS	
COMUNICAÇÃO, GREGÁRIA E SEGURANÇA EMOCIONAL	
Comunicação: () Preservada (X) Prejudicada Sentimentos e comportamentos: () Cooperativo () Medo:	
() Ansiedade () Ausência de familiares/visita () Outros:	
5 - NECESSIDADES PSICOESPIRITUAIS	
RELIGIÃO / RELIGIOSIDADE E/OU ESPIRITUALIDADE	
Tipo: () Praticante () Não praticante. Observações:	
INTERCORRÊNCIAS	
Pac. jovem, vítima TCE, aguarda alta em UTI, sedado sob UMI, agitado, sedação em 50mg/h, conduta mantida desde início plantão. Neurocirurgia emite, segue aos cuidados intensivos da enfermagem.	
S	
Carimbo e Assinatura do Enfermeiro: Sabina Rocha Figueiredo DATA: 05/05/18 HORA: ___ h	
ENFERMEIRA COREN-PB 325587	

FONTE: BORDINHÃO, R.C.; Coleta de dados por meio de grupo focal. Porto Alegre (2009).







TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
3ª VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Processo nº 0800693-42.2019.8.15.0211

AUTOR: EVERTON SOARES RIBEIRO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Vistos, etc.

À luz do CPC/2015, a gratuidade de justiça poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art. 98, § 5º). É possível, ainda, o parcelamento de despesas processuais (art. 98, § 6º).

Trata-se, conforme jurisprudência pacífica dos tribunais superiores, de presunção relativa, que exige, mesmo por isso, e, sobretudo, diante das possibilidades fixadas pela atual legislação processual, ônus às partes de pagar de acordo com suas reais possibilidades. O objetivo da inovação foi o afastamento da vetusta regra do “tudo ou nada” e da consequente possibilidade de caracterização do abuso de direito, em respeito à paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos, faculdades, ônus, deveres e sanções processuais que prescreve o art. 7º do NCP.

Conforme a portaria conjunta entre o TJ/PB e a Corregedoria Geral, de nº 02/2018, o magistrado poderá conceder a redução e/ou o parcelamento das despesas processuais que a parte ou interessado tiver de adiantar no curso do procedimento, diante da efetiva comprovação da hipossuficiência financeira do beneficiário em arcar com o pagamento integral, mediante parcela única.

Não obstante, a concessão de tal benefício neste momento do processo não impede, posteriormente, a sua revogação, quando comprovada mudança favorável na situação financeira do beneficiário,

No caso em apreço, não vislumbro a comprovação dos pressupostos legais para a concessão do benefício da gratuidade. Contudo, antes de indeferir o pedido, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo.

Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, **INTIME-SE a parte requerente para, em 15 (quinze) dias:**

1. Juntar simulação das custas por meio de consulta no site eletrônico do TJPB, conforme determinado no § 3º da Portaria Conjunta TJPB/CGJ/PB nº 02/2018.
2. Comprovar, por outros meios (tais como: **cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge; cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, e de eventual cônjuge, dos últimos três meses; cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal**), o preenchimento dos pressupostos legais da gratuidade de justiça, ou; ,
3. Solicitar, se for o caso, a sua concessão na forma dos §§ 5º e 6º do mencionado art. 98.

Providências necessárias.



Itaporanga/PB, 15 de maio de 2019.

HYANARA TORRES TAVARES DE SOUZA

Juíza de Direito







TRIBUNAL DE JUSTIÇA
PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA
3ª VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Processo nº 0800693-42.2019.8.15.0211

AUTOR: EVERTON SOARES RIBEIRO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DESPACHO

Vistos, etc.

À luz do CPC/2015, a gratuidade de justiça poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento (art. 98, § 5º). É possível, ainda, o parcelamento de despesas processuais (art. 98, § 6º).

Trata-se, conforme jurisprudência pacífica dos tribunais superiores, de presunção relativa, que exige, mesmo por isso, e, sobretudo, diante das possibilidades fixadas pela atual legislação processual, ônus às partes de pagar de acordo com suas reais possibilidades. O objetivo da inovação foi o afastamento da vetusta regra do “tudo ou nada” e da consequente possibilidade de caracterização do abuso de direito, em respeito à paridade de tratamento em relação ao exercício de direitos, faculdades, ônus, deveres e sanções processuais que prescreve o art. 7º do NCP.

Conforme a portaria conjunta entre o TJ/PB e a Corregedoria Geral, de nº 02/2018, o magistrado poderá conceder a redução e/ou o parcelamento das despesas processuais que a parte ou interessado tiver de adiantar no curso do procedimento, diante da efetiva comprovação da hipossuficiência financeira do beneficiário em arcar com o pagamento integral, mediante parcela única.

Não obstante, a concessão de tal benefício neste momento do processo não impede, posteriormente, a sua revogação, quando comprovada mudança favorável na situação financeira do beneficiário,

No caso em apreço, não vislumbro a comprovação dos pressupostos legais para a concessão do benefício da gratuidade. Contudo, antes de indeferir o pedido, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo.

Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, **INTIME-SE a parte requerente para, em 15 (quinze) dias:**

1. Juntar simulação das custas por meio de consulta no site eletrônico do TJPB, conforme determinado no § 3º da Portaria Conjunta TJPB/CGJ/PB nº 02/2018.
2. Comprovar, por outros meios (tais como: **cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge; cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, e de eventual cônjuge, dos últimos três meses; cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal**), o preenchimento dos pressupostos legais da gratuidade de justiça, ou; ,
3. Solicitar, se for o caso, a sua concessão na forma dos §§ 5º e 6º do mencionado art. 98.

Providências necessárias.



Itaporanga/PB, 15 de maio de 2019.

HYANARA TORRES TAVARES DE SOUZA

Juíza de Direito



PETIÇÃO E SIMULAÇÃO DE GUIA DE CUSTAS EM ANEXO.





AO JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA MISTA DA COMARCA DE ITAPORANGA/PB.

PROCESSO Nº 0800693-42.2019.815.0211

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

EVERTON SOARES RIBEIRO, já devidamente qualificada nos autos do processo em epígrafe, por seu procurador *infra-assinado*, vem, muito respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, expor, para, ao final, REQUERER:

Trata-se de Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório DPVAT movida pela parte Autora em face da Seguradora Líder dos Consórcios de Seguro DPVAT, objetivando complementação do seguro obrigatório pago a menor.

Diante disso, Vossa Excelência determinou que a parte Autora apresentasse documentos capazes de comprovar a hipossuficiência, bem como anexar a simulação do valor das custas e despesas processuais (guia de custas prévias), sob pena de indeferimento da Justiça Gratuita.

NESSE CONTEXTO, DOUTO JULGADOR, NÃO SE PODE PERDER DE VISTA QUE O PROCESSO NÃO É UM FIM EM SI MESMO, MAS, ANTES, UM INSTRUMENTO PARA SOLUÇÃO DOS CONFLITOS DE INTERESSE ENTRE AS PARTES.

No caso, data máxima vênia, em que pese Vossa Excelência entender que é necessário uma análise rigorosa do pedido de Justiça Gratuita, é entendimento pacífico dos Tribunais, que, para tanto, basta a simples Declaração da parte para sua concessão, há a presunção da insuficiência financeira alegada.

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





Nesse sentido, como se não bastasse a Declaração de Hipossuficiência, não há nos autos elementos que evidenciem a boa condição parte Autora, ao contrário, o autor tem como profissão declarada a de Estudante, não possuindo nenhum documento para comprovar sua renda, dado a informalidade da profissão.

Ademais, quanto a simulação do valor das custas e despesas é patente que a parte autora não possui condições financeiras de arcar com este ônus sem o prejuízo de seu sustento e de sua família, notadamente porque este valor corresponde a R\$ 1.213,25 (um mil, duzentos e treze reais e vinte e cinco centavos), conforme segue em anexo a simulação do valor das custas.

Ademais, Culto Julgador, data máxima vênia, como já mencionado, a orientação do **Egrégio Tribunal Justiça da Pernambuco** firmou-se em admitir o benefício, constitucionalmente, assegurado (art. 5º, LXXIV, CF/88) àquele que, postulando-o, emitir a **SIMPLES DECLARAÇÃO**.

É de sabença que a assistência judiciária é concedida mediante a simples afirmação de pobreza que se concretiza mediante declaração do interessado, no sentido de que não tem meios suficientes para arcar com o custo do processo, sem prejuízo para o sustento próprio e o de sua família, conforme consta dos autos.

Neste norte, é a jurisprudência dos **Tribunais**, inclusive desse **Egrégio Tribunal**, pelo que peço vênia para transcrever os seguintes arestos:

“PROCESSO CIVIL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - JUSTIÇA GRATUITA INICIALMENTE INDEFERIDA - MODIFICAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA - NÃO FAZ COISA JULGADA - ALEGAÇÃO EM QUALQUER MOMENTO E INSTÂNCIA - DESNECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO - DISPENSÁVEL A INSCRIÇÃO EM PROGRAMAS SOCIAIS OU ESTADO DE NECESSIDADE - CONSTITUIÇÃO DE ADVOGADO PARTICULAR NÃO IMPEDE A ASSISTÊNCIA GRATUITA - SUFICIENTE A SIMPLES DECLARAÇÃO DE POBREZA - RECURSO A QUE SE DÁ PROVIMENTO POR MAIORIA DOS VOTOS.

1. A justiça gratuita pode ser requerida a qualquer momento ou instância, para isso basta que o requerente afirme não possuir situação financeira que lhe permita arcar com as custas da justiça.

2. A situação financeira não faz coisa julgada, podendo se modificar a qualquer momento.

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





3. Não há necessidade de comprovação do estado de pobreza, tampouco de estado de necessidade ou inscrição em programas sociais.

4. A constituição de advogado particular não é razão para se indeferir a assistência judiciária gratuita.

5. A simples declaração de pobreza é suficiente para se deferir a assistência gratuita.

6. Recurso que se dá provimento, por maioria de votos." (TJ-PE - Agravo de Instrumento : AI 3175420 PE, Relator: Stênio José de Sousa Neiva Coêlho, 5ª Câmara Cível Julgamento: 13/11/2013) (Grifamos)

"AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO DEMOLITÓRIA. CONSTITUCIONAL E PROCESSUAL CIVIL. CONDIÇÕES PARA A FRUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS RELACIONADOS À ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. PEDIDO EXPRESSO DE JUSTIÇA GRATUITA QUE, NESTE CASO CONCRETO, É DE SER DEFERIDO. PRECEDENTES. RECURSO PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Trata-se de hipótese em que o Juízo singular deixou de receber o recurso de apelação ali aforado pelo ora agravante por falta de preparo. Nesse contexto, a controvérsia em apreço cinge-se à verificação das condições para o deferimento do pedido de justiça gratuita.

2. A jurisprudência nacional tem perfilhado o entendimento de que "Para a concessão do pedido de Justiça Gratuita, suficiente a afirmação da impossibilidade de arcar com as despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio e de sua família, mantendo-se a regra do Art. 4º, da Lei nº1.060/50. (...). A assistência judiciária é instituto de alcance social, a garantir o acesso à justiça a todos os cidadãos" (TJPE-Agravo de Instrumento nº 0143145-0, 4ª Câmara Cível, Rel. Des. Jones Figueirêdo Alves, j. em 08/01/2007).

3. A insuficiência econômica da parte pretendente à assistência judiciária é de ser aferida ante as circunstâncias concretas em que se encontra a pessoa (natural ou jurídica) no momento em que formulado o correspondente pedido.

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





4. Por essa razão revela-se desinfluyente questionar-se, em tese, se o requerente (i) encontra-se, ou não, representado em Juízo por advogado particular (notadamente quando o causídico almeja apenas os eventuais honorários de sucumbência ou a percepção dos chamados honorários contratuais quota litis), (ii) tem, ou não, profissão definida ou (iii) possui, ou não, casa própria.

5. Agravo provido para, confirmando a antecipação da tutela recursal deferida pelo Relator, desobrigar a parte recorrente de promover o preparo em lume e determinar ao Juízo de origem que receba o apelo em foco, conferindo-lhe regular processamento (desde atendidos, por óbvio, os demais pressupostos de admissibilidade).” (TJ-PE - Agravo de Instrumento : AI 70388920118170370 PE 0007308-25.2012.8.17.0000, Relator: Francisco José dos Anjos Bandeira de Mello, 2ª Câmara de Direito Público, Julgamento: 02/08/2012) (Grifamos)

EMENTA - AGRAVO DE INSTRUMENTO INDEFERIMENTO DA JUSTIÇA GRATUITA PESSOA FÍSICA DECLARAÇÃO DE POBREZA PRESUNÇÃO IURIS TANTUM DE VERACIDADE FUMUS BONI JURIS E PERICULUM IN MORA PRESENÇA DOS REQUISITOS LEGAIS EFEITO SUSPENSIVO CONCEDIDO MÉRITO PROVIMENTO DO RECURSO. Devem ser concedidos os benefícios da gratuidade judicial mediante mera afirmação de ser o postulante desprovido de recursos para arcar com as despesas do processo e a verba de patrocínio. RESP 253528/RI, Relator Min. JOSÉ ARNALDO DA FONSECA, Data da Decisão 08108/2000, Órgão Julgador QUINTA TURMA. (Processo: 03720120033396001, Relator DES. SAULO HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES, Órgão Julgador: 2º Seção Especializada Cível, Data Julgamento: 19/03/2013) (Grifamos)

EMENTA - AGRAVO DE INSTRUMENTO. JUSTIÇA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE POBREZA. INDEFERIMENTO. PROVA EM CONTRÁRIO. AUSÊNCIA. PRECEDENTES JURISPRUDENCIAIS. PROVIMENTO MONOCRÁTICO. A concessão da Justiça Gratuita não requer o estado de pobreza absoluto, bastando a afirmação de que não há como suportar as custas e despesas processuais sem prejuízo para o equilíbrio econômico-financeiro e sustento próprio e de sua família. Inexistindo provas concretas nos autos de que a parte pode arcar com as despesas processuais, não deve o magistrado indeferir, de plano, os benefícios da justiça gratuita, deverá determinar que comprove suas alegações, art. 5º da Lei nº 1.060/50. (Processo: 99920130003927001, Relator DES.

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA, Órgão Julgador: Tribunal Pleno, Data do Julgamento: 15/03/2013) (Grifamos)

RESSALTE-SE AINDA, QUE NÃO IMPORTA SE O REQUERENTE POSSUI PATRIMÔNIO, RENDIMENTOS, SE CONSTITUIU ADVOGADO PARTICULAR OU ESTÁ NA ABSOLUTA MISÉRIA, PARA QUE SEJA BENEFICIÁRIO DA JUSTIÇA GRATUITA. MISTER SE FAZ QUE, NO MOMENTO, NÃO POSSUA CONDIÇÕES DE ARCAR COM AS CUSTAS E OS HONORÁRIOS, SEM PREJUÍZO PRÓPRIO OU DE SUA FAMÍLIA, CONFORME FAZ PROVA OS DOCUMENTOS ANEXOS AOS AUTOS E ACIMA SUPRACITADOS.

Com efeito, preleciona **Yussef Said Cahali** (1997, p. 155) que:

“O beneficiário da gratuidade não consiste na isenção absoluta de custas e honorários, mas na desobrigação de pagá-los enquanto persistir o estado de carência, durante o qual ficará suspensa a exigibilidade do crédito até a fluência do prazo de cinco anos, a contar da sentença final.”

No mesmo sentido, é pacífica a jurisprudência do **Egrégio Superior Tribunal de Justiça – STJ** a respeito do tema, como podemos conferir a seguir:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. SERVIDOR PÚBLICO. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. SIMPLES ALEGAÇÃO. PRESUNÇÃO RELATIVA. ÔNUS DA PROVA. PARTE CONTRÁRIA. CONCLUSÃO DO TRIBUNAL A QUO. REEXAME. IMPOSSIBILIDADE. ÓBICE NA SÚMULA N. 7/STJ. (...). 2. Em se tratando de concessão da assistência judiciária gratuita, a jurisprudência do STJ determina que basta a simples afirmação da parte de que não possui condições de arcar com as custas do processo, sem prejuízo próprio e/ou de sua família, cabendo à parte contrária, por se tratar de presunção relativa, comprovar a inexistência ou cessação do alegado estado de pobreza. (...) 4. Agravo regimental não provido." (STJ, AgRg no Ag 1345625/SP, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/12/2010, DJe 08/02/2011) (Grifamos)

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com





"PROCESSUAL CIVIL. ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA. PRESUNÇÃO DE POBREZA. DESNECESSIDADE DO REQUERENTE COMPROVAR SUA SITUAÇÃO. 1. É desnecessária a comprovação do estado de pobreza pelo requerente, a fim de lograr a concessão da assistência judiciária, sendo suficiente a sua afirmação de que não está em condições para arcar com as custas processuais, presumindo-se a condição de pobreza, até prova em contrário. 2. Agravo regimental desprovido." (STJ, AgRg no Ag 908.647/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 18.10.2007, DJ 12.11.2007 p. 283) (Grifamos)

Assim, para a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita, consoante arestos acima transcritos, é necessário, apenas, simples declaração de hipossuficiência que se concretiza mediante declaração do interessado, no sentido de que não tem meios suficientes para arcar com o custo do processo, sem prejuízo para o sustento próprio e o de sua família, como no caso dos autos, nos termos do art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal c/c a Art. 98 do CPC e da pacífica jurisprudência desse **Tribunal e do Superior Tribunal de Justiça, ressaltando ainda, que a concessão de tal benefício poderá ser revisto ao final do processo.**

Diante do exposto, considerando que os benefícios da Justiça Gratuita, poderão ser revistos ao final do processo, além de que a inicial preenche todos os requisitos legais, em observância ao acesso a Justiça, **REQUER** a Vossa Excelência a concessão dos benefícios da Justiça Gratuita a parte Autora, para, dando prosseguimento ao feito, determinar a CITAÇÃO do Réu, para contestar a presente ação, caso queira.

NESTES TERMOS,

PEDE E ESPERA DEFERIMENTO.

Itaporanga/PB, 03 de Julho de 2019.

HAROLDO MAGALHÃES DE CARVALHO

OAB/PE 25.252

Praça 15 de Novembro, 124, Centro, Triunfo - PE
CEP: 56.870-000 - Fone/Fax: (87) 3846-1036
hmc.advocacia@gmail.com



 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 021.3.19.00472/01
Nº do Processo:	Comarca: Itaporanga	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 03/07/2019
Número da guia: 021.2019.600472 Tipo da Guia: Custas Prévias			Data de vencimento: 31/07/2019
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.009,40 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35			UFR vigente: R\$ 50,47
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.213,25
			Desconto total: R\$ 0,00
866800000121 132509283181 520190731023 131900472013 			Valor final: R\$ 1.213,25

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 021.3.19.00472/01
Nº do Processo:	Comarca: Itaporanga	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 03/07/2019
Número da guia: 021.2019.600472 Tipo de Guia: Custas Prévias			Data de vencimento: 31/07/2019
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.009,40 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35			UFR vigente: R\$ 50,47
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.213,25
			Desconto total: R\$ 0,00
866800000121 132509283181 520190731023 131900472013 			Valor final: R\$ 1.213,25

 Poder Judiciário do Estado da Paraíba Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			Número do boleto: 021.3.19.00472/01
Nº do Processo:	Comarca: Itaporanga	Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	Data de emissão: 03/07/2019
Número da guia: 021.2019.600472 Tipo de Guia: Custas Prévias			Data de vencimento: 31/07/2019
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 1.009,40 - Taxa Judiciária: R\$ 202,50 - Taxa bancária: R\$ 1,35			UFR vigente: R\$ 50,47
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			Conta FEJPA: 1618-7228.039-6
			Parcela: 1/1
			Valor total: R\$ 1.213,25
			Desconto total: R\$ 0,00
866800000121 132509283181 520190731023 131900472013 			Valor final: R\$ 1.213,25





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
Tribunal de Justiça
Sistema de Custas Online

Guia de Custas Prévias

Nº Guia: 021.2019.600472

Data Vencimento: 31/07/2019

Data Emissão: 03/07/2019

Comarca: Itaporanga

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

Promovente: EVERTON SOARES RIBEIRO

Promovido: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Valor da Causa: R\$ 13.500,00

Despesas Processuais: R\$ 0,00

Custas: R\$ 1.009,40

Taxa: R\$ 202,50

Total da Guia: R\$ 1.211,90

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

Servidor

APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE ITAPORANGA**

Juízo do(a) 3ª Vara Mista de Itaporanga

Manoel Moreira Dantas, S/N, 104, João Silvino da Fonseca, ITAPORANGA - PB - CEP: 58780-000

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

DESPACHO

Nº do Processo: 0800693-42.2019.8.15.0211

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assuntos: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: EVERTON SOARES RIBEIRO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos etc.

1. Defiro a gratuidade judiciária requerida (art. 98 e seguintes, NCPC), vez que não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício, aptos a autorizar a desconsideração da presunção relativa da alegação de insuficiência de recursos (art. 99, §§ 2º e 3º, NCPC).

2. Observo que a matéria discutida nos presentes autos admite a autocomposição, contudo, como exposto pela parte autora verifica-se que a análise do caso demanda prova pericial, bem como que a parte acionada não vem efetuando acordos em prévia audiência de conciliação. Dessa forma, afigura-se desnecessária e mesmo desaconselhável, por tratar-se de ato ineficiente (art. 37, caput, CF) e prejudicial à celeridade da prestação jurisdicional (art. 5º, LXXVII, CF), a designação exclusiva de audiência de conciliação, quando já se anuncia infrutífera sua realização. Nada impede, entretanto, que a autocomposição seja obtida no curso da lide, motivo pelo qual não se vislumbra prejuízo às partes.

3. Cite-se a parte acionada para, querendo, oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo constar no mandado ou carta os requisitos do art. 250, NCPC1 e a ressalva de que “se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor” (art. 344, do NCPC).

4. Com aporte da contestação, havendo questões preliminares/prejudiciais (art. 350 e art. 351 do NCPC), intime-se o acionante para apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias.

Cumpra-se.

ITAPORANGA-PB, em 25 de novembro de 2019

HYANARA TORRES TAVARES DE SOUZA

Juiz(a) de Direito



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
COMARCA DE ITAPORANGA**

Juízo do(a) 3ª Vara Mista de Itaporanga

Manoel Moreira Dantas, S/N, 104, João Silvino da Fonseca, ITAPORANGA - PB - CEP: 58780-000

Tel.: () ; e-mail:

Telefone do Telejudiciário: (83) 3216-1440 ou (83) 3216-1581

v.

DESPACHO

Nº do Processo: 0800693-42.2019.8.15.0211

Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assuntos: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: EVERTON SOARES RIBEIRO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Vistos etc.

1. Defiro a gratuidade judiciária requerida (art. 98 e seguintes, NCPC), vez que não há elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão do benefício, aptos a autorizar a desconsideração da presunção relativa da alegação de insuficiência de recursos (art. 99, §§ 2º e 3º, NCPC).

2. Observo que a matéria discutida nos presentes autos admite a autocomposição, contudo, como exposto pela parte autora verifica-se que a análise do caso demanda prova pericial, bem como que a parte acionada não vem efetuando acordos em prévia audiência de conciliação. Dessa forma, afigura-se desnecessária e mesmo desaconselhável, por tratar-se de ato ineficiente (art. 37, caput, CF) e prejudicial à celeridade da prestação jurisdicional (art. 5º, LXXVII, CF), a designação exclusiva de audiência de conciliação, quando já se anuncia infrutífera sua realização. Nada impede, entretanto, que a autocomposição seja obtida no curso da lide, motivo pelo qual não se vislumbra prejuízo às partes.

3. Cite-se a parte acionada para, querendo, oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, devendo constar no mandado ou carta os requisitos do art. 250, NCPC1 e a ressalva de que “se o réu não contestar a ação, será considerado revel e presumir-se-ão verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor” (art. 344, do NCPC).

4. Com aporte da contestação, havendo questões preliminares/prejudiciais (art. 350 e art. 351 do NCPC), intime-se o acionante para apresentar impugnação no prazo de 15 (quinze) dias.

Cumpra-se.

ITAPORANGA-PB, em 25 de novembro de 2019

HYANARA TORRES TAVARES DE SOUZA

Juiz(a) de Direito

